



Diante dos desafios colocados pela Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746 de 2016 convertida na Lei 13.417 de 16 fevereiro de 2017), a Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (EAFEUSP), com o apoio da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo (PRG-USP), organizou o **Seminário Reforma do Ensino Médio nas Escolas: relatos de experiências, desafios e perspectivas**. O evento foi fruto de discussões realizadas por dois grupos que já vêm se dedicando a essas questões há um tempo. Um deles é o Grupo de Trabalho do Ensino Médio da EAFEUSP, reunido desde 2020; o outro Grupo de Trabalho é coordenado pela PRG-USP, agregando professoras/es de várias unidades das Licenciaturas da USP, além de professores e profissionais da Educação Básica, que atuam na EAFEUSP.

O Seminário soma-se a uma série de outros encontros feitos sobre o tema e destaca-se por dar visibilidade aos efeitos da Reforma no cotidiano das escolas. Ou, no sentido sugerido por Michel de Certeau, permite compreender quais têm sido as "táticas" frente a medidas que, em sua grande maioria, são indesejadas porque ferem o direito das/os estudantes a uma formação escolar de qualidade. A maneira como a Reforma foi concebida e está sendo implantada pode esvaziar muitos dos conteúdos fundamentais para as/os estudantes do Ensino Médio. Seria possível encontrar algum espaço para evitar um efeito tão perverso? O que fazer com essa Reforma daqui para frente?

O Seminário foi pensado justamente para contribuir com muitas respostas possíveis. O cartaz do evento (com várias mãos juntas, coloridas e em movimento) evoca nosso objetivo: reunir diferentes escolas, com suas/seus professoras/es, gestoras/es, estudantes, famílias, funcionárias/os e estagiárias/os dos cursos de licenciatura. A imagem da mãozinha é um símbolo usado pela EAFEUSP há alguns anos e, no Seminário, foi multiplicada para destacar a parceria com outras escolas. Nessa perspectiva, participaram do evento representantes de seis escolas públicas, com suas/seus professoras/es, estudantes e famílias:

1. EMEFM Prof. Derville Allegretti.
2. EE Oswaldo Catalano
3. EE Santo Dias da Silva
4. ETEC CEPAM de Gestão Pública
5. Escola de Arte Dramática da Escola de Comunicações e Arte da USP
6. Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP

O evento foi realizado no dia 13 de maio de 2023, no Auditório da FEUSP, com transmissão ao vivo cuja gravação ainda pode ser acessada no YouTube. Foi um evento público, amplamente divulgado e de vital importância. A proposta foi "escutar as escolas" e construir mais um espaço de protagonismo das/os professoras/es. O conjunto de pesquisas que já atentaram para o processo de implantação de reformas de ensino já evidenciou, de forma clara, que nenhuma medida pode ter sucesso sem a adesão, a deliberação e a decisão de docentes e estudantes. Ou seja, toda e qualquer reforma passa por uma dimensão normativa, mas não pode ser apartada das referências pedagógicas e dos saberes construídos por nós em nosso trabalho cotidiano.

Nossa presença é fundamental. Este Seminário resulta num documento construído a muitas mãos e que também integra outras discussões mobilizadas nesses últimos tempos sobre a Reforma do Ensino Médio



por pesquisadoras/es, educadoras/es e especialistas da área. Com nossos relatos de experiências, desafios e perspectivas, participamos deste documento, que a PRG-USP encaminhará ao Ministério da Educação e, assim, será levado em conta para providências que serão tomadas junto a uma Reforma que, agora, está “em suspenso”.

Em síntese, durante o evento foram compartilhadas as experiências das escolas, e na sequência houve o debate acerca dos muitos desafios enfrentados e as perspectivas futuras. No conjunto dos relatos, destacamos os principais problemas enfrentados pelas escolas, frente à implantação do Novo Ensino Médio (NEM), em cumprimento à Lei nº 13.415/2017, que institui as alterações na carga horária e nos componentes curriculares dessa etapa da escolaridade. Ao final do presente documento, nos posicionamos frente à Reforma do Ensino Médio e sugerimos alguns caminhos.

Principais problemas em relação à matriz curricular e formação oferecida aos estudantes:

- Descaracterização do trabalho das disciplinas e das áreas do conhecimento que compõem a formação oferecida pelo Ensino Médio, etapa importante da formação de jovens na educação básica, promovendo uma aprendizagem de caráter limitante para o desenvolvimento individual e social do estudante.

- Ausência de conteúdo das disciplinas escolares nos livros didáticos do PNLD do Novo Ensino Médio.

- Ausência de professores habilitados para os temas/estudos dos componentes curriculares dos Itinerários Formativos (Unidades Curriculares e Eletivas).

- A maior carga horária para os Itinerários Formativos em contrapartida à redução considerável da Formação Geral Básica aprofunda a desigualdade em relação às escolas da rede particular que, pelo que se sabe, mantêm ampla carga horária das disciplinas e dos conteúdos gerais, aumentando ainda mais o desequilíbrio de oportunidade no ENEM e nos vestibulares das universidades públicas.

- A Reforma do Ensino Médio não superou as principais críticas a respeito do número excessivo de disciplinas e desarticulação de saberes. Ao contrário, ampliou ainda mais o número de componentes curriculares, a desarticulação entre as disciplinas e as possibilidades de trabalhos interdisciplinares, sem a devida orientação.

Principais problemas em relação à vida escolar dos estudantes:

- Altos índices de evasão de estudantes por não conseguirem permanecer em tempo integral no período diurno (7h às 15h; 7h às 14h; 7h às 16h; 14h15 às 21h15). Os principais motivos são a necessidade de contribuir para a renda familiar, a impossibilidade de conciliar o horário da escola integral com outras atividades e a ausência de políticas públicas que promovam a permanência das/os estudantes do Ensino Médio. Como exemplo, citamos o caso da EMEFM Professor Derville Allegretti que, em 2019, contava com cerca de 1.000 estudantes do ensino médio regular e do magistério. Em 2023, a escola tem apenas 460 estudantes matriculados.

- A implantação do Novo Ensino Médio acarretou o fechamento do período noturno de várias escolas de Ensino Médio, diminuindo drasticamente a oferta de turmas do curso regular e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) noturnos. As/os estudantes que não podem permanecer no diurno, em tempo integral, têm tido dificuldade em encontrar vaga no período noturno, provocando desmotivação e, lamentavelmente, o aumento dos índices de evasão.



- Estudantes relatam o cansaço causado pelo aumento da carga horária, sem correspondência com a ampliação das aprendizagens.

- Aprofundamento das desigualdades entre os estudantes das escolas públicas e da rede particular, que mantêm ampla carga horária das disciplinas e dos conteúdos gerais, aumentando ainda mais o desequilíbrio de oportunidades no ENEM e nos vestibulares das universidades públicas.

- Ausência de mudanças no ENEM e nos vestibulares para atender às exigências da Reforma do Ensino Médio.

Principais problemas em relação ao trabalho das/os profissionais da educação:

- Ausência de profissionais habilitados para o trabalho docente com jovens do Ensino Médio.

- A Reforma promoveu a fragmentação dos saberes e a desarticulação entre as disciplinas, resultando em maiores obstáculos para a efetivação de trabalhos interdisciplinares, descaracterizando o trabalho docente.

- A fragmentação dos saberes acarretou sobrecarga de trabalho, pois com o aumento do número de disciplinas resultante da implantação da parte diversificada do currículo, o professor é obrigado a assumir diversos componentes curriculares ao longo do ano letivo, impactando a qualidade do trabalho desenvolvido.

- A escolha por diferentes itinerários impacta o número de aulas por áreas de conhecimento e por disciplinas a cada ano, na mesma escola, ocasionando incertezas aos profissionais da educação quanto à continuidade dos trabalhos na instituição, rompendo com as orientações e os princípios pedagógicos que defendem a permanência prolongada de professoras/es em uma mesma unidade escolar. Sem essa permanência, quebra-se os vínculos com a comunidade escolar, interrompe-se o acompanhamento dos estudantes e rompe-se com planejamentos e processos de ensino-aprendizagem de longo prazo.

- A Reforma do Ensino Médio não apresenta soluções para problemas antigos da Educação Básica, tais como: ausência de política de valorização do trabalho docente, com proposta de carreira que contemple a formação em serviço e acadêmica; a valorização salarial; a redução da sobrecarga de aulas; a necessidade de mais horários de trabalho coletivo e de planejamento, compatíveis com a jornada de aulas; o fim da fragmentação no tipo de vínculo trabalhista das/dos professoras/es nas redes públicas, entre outros aspectos.

PERSPECTIVAS:

A partir dos problemas listados, a maioria das/dos participantes do **Seminário Reforma do Ensino Médio nas Escolas: relatos de experiências, desafios e perspectivas** posicionou-se pela revogação da referida Reforma e pela substituição do Novo Ensino Médio por um modelo factível e adaptável à realidade brasileira.

A posição das/os participantes considerou os principais pontos, a seguir elencados:

- Um modelo de Ensino Médio comprometido com o direito à educação, sem exclusão de áreas do conhecimento ou disciplinas (Artes, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Matemática, Química, Sociologia), nos três anos de formação das/os jovens, trabalhadoras/es ou não.



- A retomada das discussões para a construção de uma nova proposta não pode prorrogar a continuidade do atual modelo, considerando que milhares de jovens não terão outra oportunidade de cursar o seu 1º ano do Ensino Médio, o 2º ano e o 3º ano nos anos de 2024 e subsequentes, ou seja, as/os jovens brasileiros não podem aguardar que educadores, pesquisadores e políticos repensem as alternativas enquanto elas/es permanecem com um modelo que apresenta todas as limitações já mencionadas neste documento.

Propomos retomar a composição da Formação Geral Básica sem exclusão das disciplinas, acima elencadas, que integravam o Ensino Médio antes da Reforma, com menor carga horária para a parte diversificada, com valorização da autonomia das redes de ensino para a melhor tomada de decisões.

Em relação às políticas públicas estruturantes do Ensino Médio, sem as quais nenhuma reforma educacional terá sucesso, propomos: a) o aumento da oferta de turmas de Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno; b) o mínimo de 50% da jornada remunerada de trabalho docente voltada para elaboração de aulas, estudos e horários coletivos de planejamento; c) o limite de, no máximo, 30 estudantes por turma; d) a revisão dos destinos do FUNDEB - e de demais fontes de financiamento estatal para a educação pública - do novo arcabouço fiscal; e) uma robusta política de valorização salarial e de plano de carreira para as/os docentes da rede pública; f) uma política de permanência estudantil para adolescentes e jovens matriculados em escola de tempo integral, entre as quais destacamos a necessidade de passe livre para ônibus, metrô e trem e a bolsa-auxílio de no mínimo um salário mínimo.

Na nossa avaliação, acreditamos que medidas dessa natureza permitirão enriquecer o currículo do Ensino Médio e a formação das/dos estudantes brasileiras/os, assegurando seu direito à educação pública de boa qualidade.